



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



MENSAGEM Nº 185/2010

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores.

Junto com a presente Mensagem, estamos enviando a Vossas Excelências, para análise e aprovação, o incluso Projeto de Lei que objetiva a doação de **imóvel Urbano, Lote nº 08 (oito) da Quadra nº 816** (oitocentos e dezesseis), sito à Rua Jorge Guerios esquina com a Rua Anchieta, nesta cidade de Pato Branco, contendo área de **949,40 m²** (novecentos e quarenta e nove metros e quarenta centímetros quadrados), sem benfeitorias, constante da Matrícula nº **22.851** do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, avaliado em R\$ **68.831,50** (sessenta e oito mil oitocentos e trinta e um reais e cinquenta centavos), ao **C T G Centro de Tradições Gaúchas Carreteando a Saudade**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 77.738.631/0001-37, sito a Rua Antero Petri, S/N, Bairro São Vicente, em Pato Branco – Pr.

O imóvel será destinado para reforma e ampliação das instalações do **C T G Centro de Tradições Gaúchas Carreteando a Saudade**, em nosso Município, para continuar promovendo encontros recreativos para descontração dos associados e seus familiares.

Certos do interesse e do propósito de Vossas Excelências em beneficiar esta Associação, colocamos o presente Projeto de Lei para análise e aprovação desta respeitável Câmara Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, 09 de dezembro de 2010.


ROBERTO VIGANÓ
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral
-10-Dez-2010-13:50-008549-1/2



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI Nº 225/2010

Autoriza a doação de imóvel ao C T G Centro de Tradições Gaúchas Carreteando a Saudade de Pato Branco.

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder a doação de de **imóvel Urbano, Lote nº 08 (oito) da Quadra nº 816** (oitocentos e dezesseis), sito à Rua Jorge Guerios esquina com a Rua Anchieta, nesta cidade de Pato Branco, contendo área de **949,40 m²** (novecentos e quarenta e nove metros e quarenta centímetros quadrados), sem benfeitorias, constante da Matrícula nº **22.851** do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, avaliado em R\$ **68.831,50** (sessenta e oito mil oitocentos e trinta e um reais e cinquenta centavos), ao **C T G Centro de Tradições Gaúchas Carreteando a Saudade**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 77.738.631/0001-37, sito a Rua Antero Petri, S/N, Bairro São Vicente, em Pato Branco – Pr.

Art. 2º A doação de que trata o “caput” deste artigo fica condicionada ao seguinte:

I - inalienabilidade permanente;

II - destinação do imóvel exclusivamente para que a donatária efetue a reforma e ampliação do CTG e busque o cumprimento dos seus objetivos estatutários, vedado qualquer outro;

III - início da execução das obras no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei;

IV - outorga da escritura pública de doação somente após a conclusão da sede social da donatária;

V - revogação da doação, com perda integral das benfeitorias que edificar sobre o imóvel objeto da doação em benefício do doador, em caso de descumprimento de qualquer das condições estabelecidas nesta Lei, na Lei nº 1.207, de 03 de maio de 1993, e suas alterações.

Art. 3º As despesas de escrituração pública dos imóveis, objeto desta lei, correrão por conta da Donatária.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.


ROBERTO VIGANÓ
Prefeito Municipal





Prefeitura Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

LAUDO DE AVALIAÇÃO

Pelo decreto nº 5.705 de 29 de setembro de 2010, o Prefeito Municipal de Pato Branco, Senhor Roberto Viganó, instituiu a Comissão de Avaliação, integrada pelos senhores Vlademir José Dal’Ross – Presidente; Carlos Roberto Gonçalves Lins – Secretário; João Carlos Baier, Luiz Marini e Adilcione Colli – Membros, tendo como atribuição a avaliação de bens móveis e imóveis:

Por este laudo avalia:

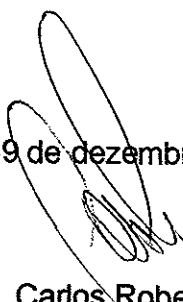
Imóvel Urbano – Lote nº **08** (oito), da Quadra nº **816** (oitocentos e dezesseis) sem benfeitorias, com área de **949,40m²** (novecentos e quarenta e nove metros e quarenta centímetros quadrados), situado na Rua Jorge Guerios esquina com a Rua Anchieta, nesta cidade de Pato Branco, constante da Matrícula nº **22.851** do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis de Pato Branco – PR,

O terreno é avaliado em R\$ **68.831,50** (sessenta e oito mil e oitocentos e trinta e um reais e cinquenta centavos).

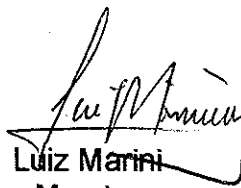
Esta é a avaliação e parecer da Comissão.

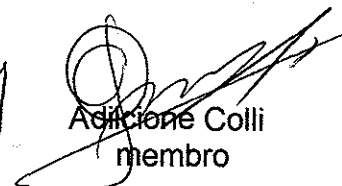
Pato Branco, 09 de dezembro de 2010.


Vlademir José Dal’Ross
Presidente


Carlos Roberto G. Lins
Secretário

João Carlos Baier
Membro


Luiz Marini
Membro


Adilcione Colli
membro



Prefeitura Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



LAUDO DE AVALIAÇÃO

Pelo decreto nº 5.705 de 29 de setembro de 2010, o Prefeito Municipal de Pato Branco, Senhor Roberto Viganó, instituiu a Comissão de Avaliação, integrada pelos senhores Vlademir José Dal’Ross – Presidente; Carlos Roberto Gonçalves Lins – Secretário; João Carlos Baier, Luiz Marini e Adilcione Colli – Membros, tendo como atribuição a avaliação de bens móveis e imóveis:

Por este laudo avalia:

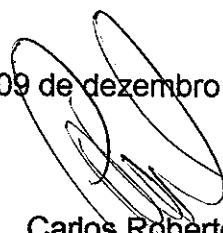
Imóvel Urbano – Lote nº **08** (oito), da Quadra nº **816** (oitocentos e dezesseis) sem benfeitorias, com área de **949,40m²** (novecentos e quarenta e nove metros e quarenta centímetros quadrados), situado na Rua Jorge Guerios esquina com a Rua Anchieta, nesta cidade de Pato Branco, constante da Matrícula nº **22.851** do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis de Pato Branco – PR,

O terreno é avaliado em R\$ **68.831,50** (sessenta e oito mil e oitocentos e trinta e um reais e cinquenta centavos).

Esta é a avaliação e parecer da Comissão.


Vlademir José Dal’Ross
Presidente

Pato Branco, 09 de dezembro de 2010.


Carlos Roberto G. Lins
Secretário

João Carlos Baier
Membro


Luiz Marini
Membro


Adilcione Colli
membro

TITULAR:
PEDRO DE SA RIBAS
C.P.F. 005845179-04

REGISTRO GERAL

MATRÍCULA Nº 22.851

FICHA

001

RUBRICA



05 de julho de 1.990.

IMÓVEL URBANO - Lote nº08(oito) da quadra nº816(oitocentos e dezesseis), sita a --
rua Jorge Guerios, esquina com a rua Anchieta, nesta cidade de Pato Branco, conten-
do a área de 949,40m² (NOVECENTOS E QUARENTA E NOVE METROS E QUARENTA CENTÍMETROS =
QUADRADOS), sem benfeitorias, dentro dos seguintes limites e confrontações: NORTE:
com a chácara nº212-A e lote nº06 da quadra 816 com 48,50m; SUL: com a rua Jorge -
Guerios Sobrinho com 48,50m; LESTE: com a rua Anchieta com 18,65m; OESTE: com o lo-
te nº09 com 20,50m. As medidas e confrontações foram fornecidas pelas partes con-
tratantes de acordo com o provimento nº356, capítulo XV, seção III, item 5.1 de --
27.07.84 as quais assumiram inteira responsabilidade pelo suprimento. Público de -
12.01.90. Valor: Cr\$ 6.379,00. Ref. Mat. R.1-22.372 e AV.2-22.372 do livro nº02, --
deste Ofício.

ADQUIRENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, pessoa jurídica de direito públi-
co interno, inscrita no CGC/MF sob nº76.995.448/0001-54.

TRANSMITENTE: CONSTANTINO BONATTO e sua mulher dona PIERINA C. BONATTO, brasilei-
ros, casados, ele do comércio e ela do lar, residentes e domiciliados nesta cidade
inscritos no CPF sob nº 126.101.789-72.

R-1/22.851- Prot. nº135.859- 05/01/2009- **TRANSMITENTE:** MUNICIPIO DE PATO BRANCO, Pessoa
jurídica de direito privado, com sede na Rua Caramuru, nº271, nesta cidade de Pato Branco-Pr, inscrita no
CNPJ/MF sob nº76.995.448/0001-54, CND do INSS sob nº099652008-14021060/08, de 11.11.08.

ADQUIRENTE: IVO SIDNEI VOLPATO, C.I. nº3.147.043-9-PR, CPF nº243.627.510-68 e sua esposa
sra.NILMA ISABEL PAGLIARI VOLPATO, C.I. nº1.398.014-PR, CPF nº411.448.489-20, brasileiros.
casados sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº6.515/77, ele bancário e ela auxiliar
administrativo, residentes e domiciliados na Rua Iguaçu, nº 957, apto. 101, nesta cidade de Pato Branco-Pr.

COMPRA E VENDA: ÁREA: 949,40m², sem benfeitorias. Público de 15.12.08, Lº256, fls.155, 1º Tab.
local. **VALOR:** R\$ 47.325,36. Foi pago o imposto de transmissão inter-vivos na quantia de R\$ 947,71.
conforme guia GR-4-ITBI nº1953/08, da Prefeitura Municipal de Pato Branco. Certidões Negativas: Estadual
nº4684112-14/08. A vendedora declarou na escritura que se responsabiliza expressa e solidariamente por
eventuais débitos oriundos do imóvel transacionado e que as partes dispensam a transcrição da certidão
negativa Federal, de acordo com o provimento nº60/05, item 16.2.8 do Código de Normas da Corregedoria
Geral da Justiça. Certidão Positiva do Distribuidor de 17.12.08. Funrejus no valor de R\$ 94,654, conforme
guia emitida pelo tab. Emitida a DOI pelo Tab. **Que a presnete venda, foi feita em conformidade com**
Edital de Concorrência para Alienação, nº20/08, na Lei Federal nº8.666, de 21.06.93 e alterações
posteriores e Lei Municipal nºd2.993 de 14.06.2008. Obrigam-se as partes pelas demais condições da
escritura. Ref. Mat. 22.851, acima. Dou fé. C. 4.322 VRC= R\$ 453,81. *Es. Ribas*

R-2/22.851- Prot. nº137.809- 05/06/2009- **TRANSMITENTE:** IVO SIDNEI VOLPATO, C.I. nº
3.147.043-9-PR, CPF nº243.627.510-68 e sua esposa sra.NILMA ISABEL PAGLIARI VOLPATO, C.I.
nº1.398.014-PR, CPF nº411.448.489-20, brasileiros, casados sob o regime de comunhão parcial de bens, na
vigência da lei nº6.515/77, ele do comércio, e ela do comércio, residentes e domiciliados na Rua Iguaçu, nº
957, centro, nesta cidade de Pato Branco-Pr. **ADQUIRENTE:** MUNICIPIO DE PATO BRANCO, Pessoa
Jurídica de direito público interno, com sede na Rua Caramuru, nº271, centro, nesta cidade de Pato Branco-Pr
inscrita no CNPJ/MF sob nº76.995.448/0001-54. **PERMUTA:** ÁREA: 949,40m², sem benfeitorias. Público
de 18.05.09, Lº255, fls.140/141, 2º Tab local. **VALOR:** R\$ 45.324,35. O imposto de transmissão inter-vivos
foi isento, conforme guia GR-4-ITBI nº775/09, da Prefeitura Municipal de Pato Branco. Certidões Negativas:
Municipal nº2314/09. Estadual nº5069433-01/09. Federal nºDF89.041B.9E9A.FC7D/09. Certidão Negativa do
Distribuidor de 13.05.09. O Funrejus foi isento, conforme Lei nº6.515/77. Os primeiros permutantes
declararam na escritura não serem e nunca terem sido contribuintes obrigatórios, para a Previdência social,
como pessoas físicas, na qualidade de empregadores. Emitida a DOI pelo Tab. Que a presente permuta foi feita
em conformidade com a Lei Municipal nº3.129/2009. Autoriza o Executivo Municipal a permutar imóveis. A
Camara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:
Artigo 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permutar o imóvel Urbano: Chácara 155-A-08,
contendo a área de 1.084,88m², sem benfeitorias, constante da matrícula nº40.704 deste ofício, situada na
Rua João A. Medeiros no Bairro Vila Isabel, de propriedade do Município de Pato Branco, avaliado em
R\$ 45.120,00, pelo imóvel urbano: lote nº08 da quadra nº816, contendo a área de 949,40m², sem

22.851
MATRÍCULA Nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Cidade

de

PATO BRANCO

PLANTA PARCIAL

Z R II

DA
QUADRA N. 816

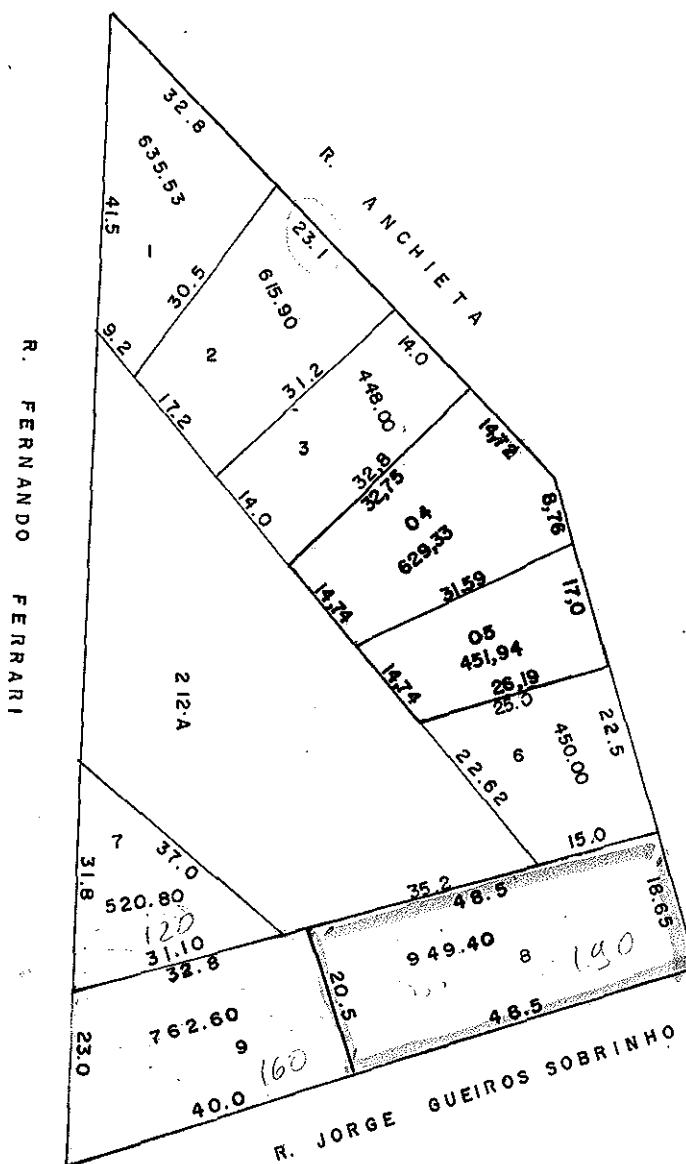
OK

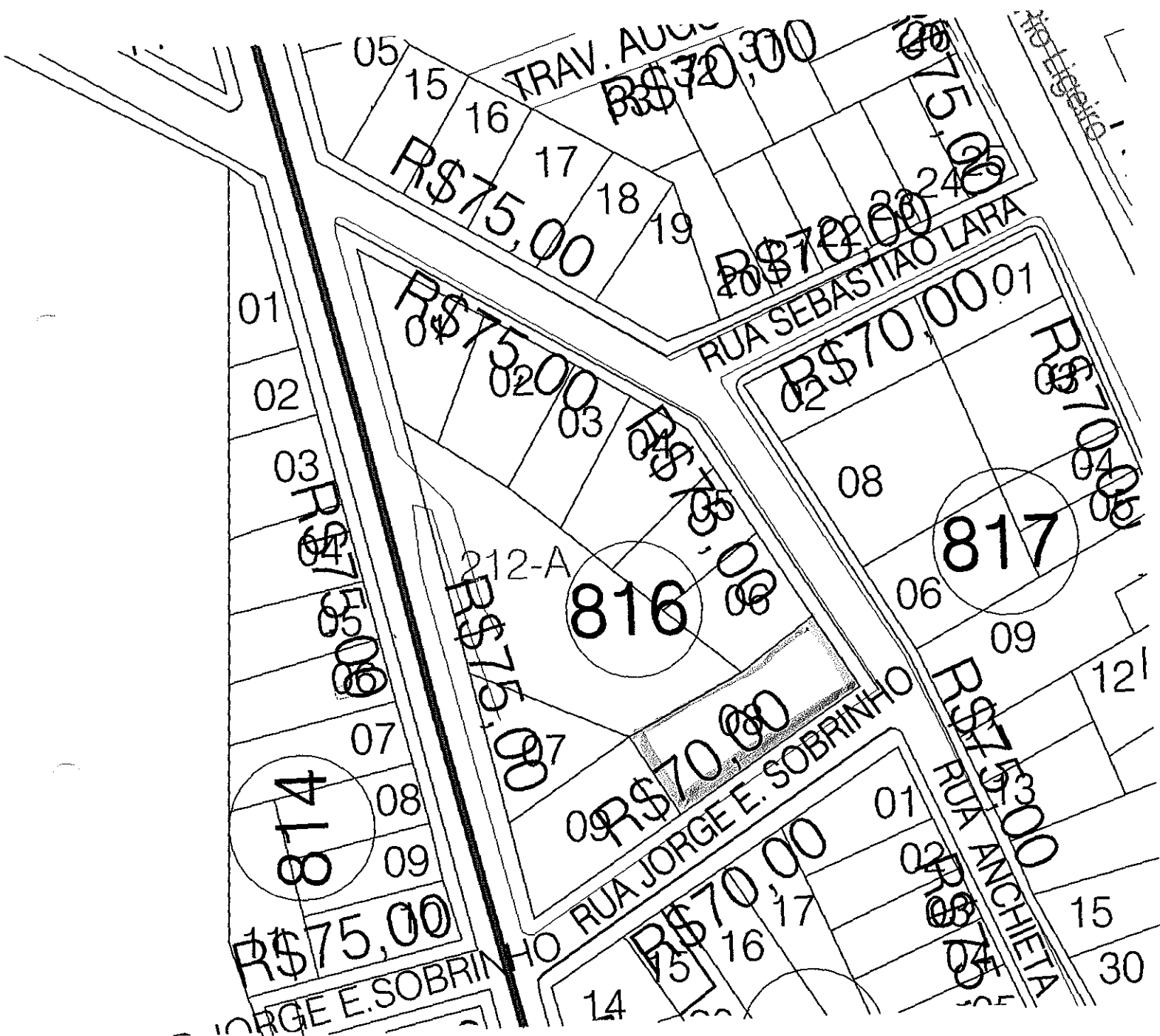
ESC. 1: 1.000

LOTº N.º

ANT. QUADRA

8-6-51-





Pato Branco, 09 de Dezembro de 2010.

A

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Gabinete do Sr. Prefeito.

O CTG CARRETEANDO A SAUDADE, estabelecido em Pato Branco Paraná a Rua Fernando Ferrari s/n devidamente inscrito no CNPJ sob n 77.738.631/0001-37 através de seu diretor social Sr. Luiz Augusto Varnier, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Pato Branco Paraná a Rua Caramuru 495 Apto 106, CPF 396.067.919-04 RG 3.148.548-7 SSP PR, vem por intermédio deste, apresentar a documentação e informar o cronograma de obras referente a solicitação desta municipalidade com referencia a doação dos terrenos 07 e 08 da Quadra 816, Bairro Bonatto, atendendo aos dispositivos da Lei 1207/1993.

Informamos que sobre o terreno de n 07 onde existe uma edificação a mais de 20 anos que se destina a uma cancha de bolão, informamos que a mesma estará num prazo de 120 dias iniciando obras de reforma e ampliação.

Quanto ao terreno de n 08, informamos que o mesmo é ocupado por nos pelo mesmo período do terreno acima mencionado e que sobre o mesmo existe uma churrasqueira edificada a aproximadamente 8 anos e que também estará entrando em reforma e ampliação no mesmo prazo de 120 dias.

Quanto ao inicio de atividades informamos que o nosso Centro de Tradições Gaúchas foi fundado juridicamente em 12/06/1979 conforme cópia do cartão do CNPJ em anexo.

O CTG tem por finalidade promover a integração cultural, social e tradicionalista, mantendo grupos artísticos Juvenis, mirim e adulto, tendo representado o Paraná até em nível internacional, também mantem uma internada campeira, levando com isso o nome do CTG e da Cidade de Pato Branco, onde quer que esteja presente.

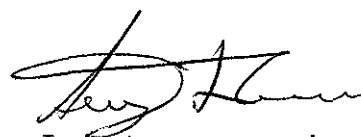


Informamos que atualmente contamos com aproximadamente 150 sócios que serão beneficiados diretamente e aproximadamente mais 450 pessoas beneficiadas indiretamente por fazerem parte da família dos sócios, informamos ainda que a receita do CTG é com anuidade de sócios e com promoções o que hoje dá para sustentar as despesas mensais.

Temos a informar que a destinação destes terrenos serão para uso exclusivo aos fins estatutários, conforme pode ser constatado em cópia do estatuto social em anexo e que os mesmos não serão alienados ou mesmo vendidos.

Certos de termos cumprido com a apresentação da documentação solicitada, e na certeza de sermos atendidos no acima exposto, aproveitamos para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente



Luiz Augusto Varnier



Fazenda
Ministério da Fazenda



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
77.738.631/0001-37
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
12/06/1979

NOME EMPRESARIAL
C T G CENTRO DE TRADICOES GAUCHAS CARRETEANDO A SAUDADE

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO
R ANTERO PETRI

NÚMERO
S/N

COMPLEMENTO

CEP
85.506-380

BAIRRO/DISTRITO
SAO VICENTE

MUNICÍPIO
PATO BRANCO

UF
PR

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
26/05/2006

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

Emitido no dia 23/09/2010 às 17:05:44 (data e hora de Brasília).

Voltar



Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.
Atualize sua página



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

OFÍCIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS DA COMARCA DE PATO BRANCO - PARANÁ

Travessa Goiás, 55 - Cx. Postal 01 - Centro
CNPJ: 08.283.233/0001-50
Telefax: (46) 3224-2414
E-mail: cartoriiodistribuidor@brturbo.com.br
85505-005 - Pato Branco - Paraná

TITULAR: DIRSO ANTONIO VERONESE
JURAMENTADOS: DILMAR ALUIZIO VERONESE
JULIANO VERONESE
PAULA VERONESE

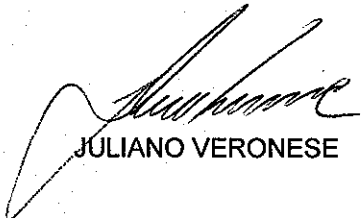
Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição CÍVEL (Cível, Precatória, Precatória Especial, Juizado Especial), EXECUTIVO FISCAL, DEPÓSITOS, CRIMINAL (Criminal, Carta Precatória, Precatória Especial, Juizado Especial) Interdição, Tutela e Curatela, sob minha guarda neste cartório, verifiquei **NÃO CONSTAR** nenhum registro em andamento contra:

C.T.G. CENTRO DE TRADICOES GAUCHAS CARRETEANDO A SAUDE
CNPJ 77.738.631/0001-37, no período compreendido desde 14/12/1960, data de instalação deste cartório, até a presente data.



PATO BRANCO/PR, 22 de Setembro de 2010, 10:05:19


JULIANO VERONESE





CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS CARRETEANDO A SAUDADE

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Da Denominação, dos Fins e da Sede

Art. 1º. O Centro de Tradições Gaúchas Carreteando a Saudade, fundado em 18 de janeiro de 1973, é organização de direito privado, sem fins econômicos, com duração por tempo indeterminado, constituindo-se em uma Associação para todos os fins de Direito, em conformidade com os artigos 53 e seguintes do Código Civil.

Art. 2º. O Centro de Tradições Gaúchas Carreteando a Saudade, doravante denominado CTG, tem sua sede estabelecida na Rua Fernando Ferrari, 955, Bairro São Vicente, CEP 85506-400, em Pato Branco, Paraná.

Art. 3º. O CTG tem por finalidade e de forma permanente e sem qualquer discriminação de clientela:

- I - Preservar a história, os costumes, a música e outras manifestações culturais gaúchas, transmitindo-as às gerações futuras;
- II - Preservar e difundir os aspectos morais e culturais próprios da vida do gaúcho e da família tradicionalista;
- III - Promover atividades sociais, culturais, educacionais, esportivas, recreativas, cívicas, comunitárias, ecológicas, assistenciais e filantrópicas.

Art. 4º. O CTG adota como símbolo a figura de uma carroça com toldo puxada por quatro bois, guiada por um gaúcho estalando o chicote, que deverá constar em pintura marrom no centro da bandeira do CTG.

Parágrafo Único: O CTG adota como suas cores representativas a vermelha, a verde e a branca.

CAPÍTULO II

Das Categorias de Associados e do Processo de Admissão

Art. 5º. O CTG possui as seguintes categorias de associados:

I - São associados patrimoniais todos aqueles que adquirem e adquiram um título patrimonial do CTG, mediante preenchimento da respectiva proposta de filiação e pagamento das mensalidades e taxas devidas:

a) O valor do título patrimonial (Jóia) do CTG, será de dois salários mínimos nacional vigentes na aquisição do mesmo, o valor da mensalidade será de 4% do salário mínimo nacional vigente.

II - São associados somente contribuintes, todos aqueles que não pagam jóia, porém, mediante preenchimento da respectiva proposta de associado efetuam pagamento de mensalidades no valor de 4% do salário mínimo nacional vigente.

III - São associados remidos unicamente aqueles cujos nomes constam na ata de fundação do CTG;

IV - São considerados como honorários todos os sócios que prestaram serviços relevantes ao CTG, condição esta reconhecida através de concessão do respectivo título por parte da Patronagem.

V - Todos os integrantes das invernadas artísticas e campeira do CTG são considerados associados militantes;

VI - São associados temporários todos aqueles que, mediante preenchimento da respectiva proposta de filiação e pagamento das mensalidades e taxas devidas para este respectivo fim, enquadrarem-se nas seguintes situações:

a) Sejam pensionistas dos associados patrimoniais e remidos;



- b) Aqueles cuja permanência em Pato Branco, Paraná, seja de caráter temporário ou transitório em função da ocupação profissional própria ou do cônjuge;
- c) Aqueles cuja permanência em Pato Branco, Paraná, seja temporária ou transitória em função de estudos próprios ou do cônjuge;
- d) Os convidados para tal fim pelos sócios patrimoniais e remidos, sendo necessária a aprovação expressa da Patronagem;

§ 1º. A concessão de título de associado honorário não altera a condição anterior do associado, nem o isenta do pagamento de todas as taxas e encargos devidos ao CTG.

§ 2º. São considerados dependentes os filhos de associados até atingirem a maioridade civil ou, se universitários, até completarem 24 anos.

§ 3º. A qualidade de associado não pode ser transferida.

§ 4º. A condição de associado não pode ser transferida por qualquer pessoa.

Art. 6º. A proposta de novo associado, firmada por este e por dois associados do CTG em situação regular, será submetida à aprovação da Patronagem, que considerará as seguintes condições para aprovação:

- I – O novo associado deverá gozar de bom conceito e de idoneidade moral;
- II – A proposta deverá estar acompanhada de documentação pessoal do novo associado e de seus dependentes, se houver;
- III – O novo associado deverá estar assistido pelos pais ou responsável, se menor de idade;
- IV – O novo associado deverá pagar a jóia como requisito necessário à admissão, quando sua categoria de associado assim o exigir.

CAPÍTULO III

Dos direitos e deveres dos Associados

Art. 7º. São direitos dos associados:

- I – Participar das Assembléias Gerais, nelas opinando e debatendo livremente;
- II – Apresentar à Patronagem críticas e sugestões;
- III – Frequentar a sede do CTG e participar de suas atividades;
- IV – Apresentar ao Conselho de Vaqueanos recurso acerca de qualquer ato da Patronagem que entender contrário aos interesses do CTG;
- V – Propor a admissão de novos sócios;
- VI – Usufruir dos convênios firmados entre o CTG e outras entidades.
- VII – É direito de 1/5 (um quinto) dos associados, com direito a voto, em promover a convocação de assembleia geral.

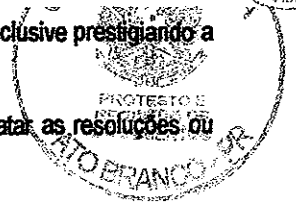
Art. 8º. São direitos exclusivos dos Associados Patrimoniais e Remidos:

- I – Votar e ser votado nas Assembléias Gerais;
- II – Ser nomeado para cargos não-eletivos e comissões;
- III – Requerer a convocação de Assembléia Geral Extraordinária através de ofício em duas vias, assinada por no mínimo 20% (vinte por cento) dos sócios em dia com a tesouraria e em pleno gozo dos direitos sociais.

Art. 9º. São deveres dos associados:

- I – Exercer com zelo e solicitude os cargos e comissões para os quais forem eleitos ou designados;
- II – Comparecer às Assembléias Gerais e tomar parte nas suas deliberações;





- III – Zelar dedicadamente pelos interesses morais e materiais do CTG, por todos os meios ao seu alcance, inclusive prestigiando a entidade e propagando o espírito associativo entre os associados;
- IV – Observar as disposições do presente estatuto, dos regimentos e demais regulamentos do CTG, e acatar as resoluções ou deliberações regulares das Assembléias Gerais, do Conselho de Vaqueanos e da Patronagem do CTG;
- V – Pagar pontualmente todos os encargos e taxas junto à tesouraria do CTG;
- VI – Responsabilizar-se pela conduta de seus dependentes e convidados, indenizando eventuais danos por eles provocados ao patrimônio do CTG;
- VII – Jamais representar o CTG perante outra entidade sem prévia autorização da Patronagem;
- VIII – Comunicar à Patronagem toda alteração de endereço, estado civil ou quaisquer outros dados, seus ou de seus dependentes, que devam ser registrados nos arquivos da CTG;

CAPÍTULO IV

Das Infrações e das Penalidades

Art. 10. O associado que infringir o estatuto, os regulamentos ou as resoluções das Assembléias Gerais, do Conselho de Vaqueanos ou da Patronagem, ficará sujeito, segundo a natureza e gravidade da falta praticada, às seguintes penalidades:

- I – advertência por escrito;
- II – suspensão;
- III – demissão do quadro social.
- IV – Exclusão por justa causa.

Art. 11. Aplicar-se-á a penalidade de advertência por escrito ao associado que:

- I - Praticar infrações leves;
- II - Infringir as normas de polidez;
- III - Perturbar a ordem ou harmonia social;
- IV - Desrespeitar dispositivo estatutário, regimental ou regulamentar, se o fato não for punível com penalidade mais grave.

Art. 12. Aplicar-se-á a penalidade de suspensão ao associado que:

- I - Deixar de pagar, por seis meses consecutivos, as mensalidades e taxas devidas;
- II - Já tenha sido punido com a pena de advertência por escrito;
- III - Desrespeitar ou desacatar qualquer dos órgãos administrativos do CTG ou algum de seus membros;

§ 1º. A pena de suspensão será graduada conforme a gravidade do fato, a critério da Patronagem, e não poderá ser superior a 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2º. A suspensão por falta de pagamento estende-se aos dependentes do faltoso, mas a causada por ato de indisciplina não atinge os familiares do associado punido.

§ 3º. O associado penalizado com suspensão não poderá participar de assembléia, votar e ser votado, enquanto durar a suspensão.

Art. 13. Estará sujeito à pena de demissão o associado que:

- I – Agredir moral ou fisicamente, em recinto social ou recreativo outro associado ou qualquer funcionário do CTG;
- II – Praticar infração, que a juízo do órgão social competente, não deve ser punida com advertência por escrito nem por suspensão.



III - Danificar, agindo com culpa ou dolo, o patrimônio do CTG, ou deixar de indenizar danos causados por si, seu dependente ou convidado.

IV - Deixar de pagar, por 12 (doze) meses consecutivos, as mensalidades e taxas devidas.

Art. 14. Estará sujeito a exclusão, por justa causa, o associado que:

I - Reincidir em infração já punida com a pena de infração ou demissão;

II - Tiver procedimento público inconveniente, indecoroso e ou desonroso;

III - For condenado por decisão judicial transitada em julgado a pena privativa da liberdade por tempo superior a dois anos;

IV - No exercício de cargo, comissão ou incumbência, culposa ou dolosamente exceder os poderes conferidos, procedendo contra eles ou praticando atos contrários à lei;

V - Direta ou indiretamente, por ato, escrito ou por palavras, devidamente comprovados perante o órgão social competente, prejudicar ou tentar prejudicar, moral ou materialmente, o CTG ou seus respectivos direitos e interesses;

Art. 15. As penalidades impostas ao associado em débito para com a Tesouraria cessam imediatamente com o pagamento das mensalidades e taxas em atraso.

Art. 16. As penalidades a que se referem os artigos anteriores serão julgadas e aplicadas:

I - pela Patronagem, no caso de infrações praticadas pelos associados em geral;

II - pelo Conselho de Vaqueanos, no caso de o acusado ser membro deste órgão ou da Patronagem.

§ 1º. O associado acusado será intimado para comparecer à reunião em que será julgado, com a antecedência de dez dias, sendo livre para produzir todas as provas que julgar necessárias à sua defesa.

§ 2º. Se o acusado for dependente, será assistido pelo associado por ele responsável, devendo ser igualmente intimado.

§ 3º. Do procedimento deverá constar, sempre que possível, a tipificação da infração cometida, a penalidade correspondente, seu autor, rol de testemunhas que presenciaram a ocorrência, assim como toda e qualquer prova que possa instruir o processo.

§ 4º. Uma vez instruído com a documentação necessária, o procedimento será apreciado pelo órgão julgador competente, que decidirá a questão com base neste estatuto, apresentando decisão fundamentada.

Art. 17. O associado, ciente da decisão do órgão julgador, terá 10 (dez) dias de prazo para:

I - recorrer ao Conselho de Vaqueanos, se a punição tiver sido aplicada pela Patronagem;

II - requerer reconsideração ao Conselho de Vaqueanos, no caso de advertência ou suspensão aplicada pelo próprio órgão;

III - recorrer à Assembleia Geral no caso de eliminação do quadro social por indisciplina.

§ Não caberá recurso diante da pena de eliminação por falta de pagamento, podendo a penalidade ser anulada se o inadimplente, dentro de seis meses da exclusão, puser-se em dia com o CTG ou propor à Patronagem a composição de seu débito.

Art. 18. O associado excluído poderá ser readmitido ao quadro social após dois anos do cumprimento da pena legal ou estatutária, a critério da Patronagem e Conselho de Vaqueanos

CAPÍTULO V

Da Organização Administrativa

Art. 19. São órgãos administrativos do CTG:

I - Assembleia Geral;



II – Conselho de Vaqueanos;

III – Patronagem;

VI – Conselho de Agregados.

Parágrafo único: Os órgãos enumerados neste artigo são independentes e harmônicos entre si.

Art. 20. Os membros dos órgãos administrativos, de comissões ou incumbências de natureza permanente ou transitória, não serão remunerados, seja a que título for, mas serão ressarcidos pelas despesas previamente autorizadas que fizerem no exercício de suas funções e ficarão isentos de taxas de manutenção durante a gestão.

Parágrafo único: Os associados do CTG não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela entidade, mas os membros da Patronagem e do Conselho de Vaqueanos responderão por seus excessos.

Art. 21. É vedada a acumulação de cargo do Conselho de Vaqueanos com cargo da Patronagem, devendo o eleito ou nomeado optar por um deles.

Art. 22. Perderá o mandato, mediante representação escrita de integrante de qualquer dos órgãos administrativos, o membro ou a totalidade do Conselho de Vaqueanos ou da Patronagem:

- I – Que faltar, sem causa justificada, a três sessões consecutivas;
- II – Que for eliminado do quadro social ou tiver suspensos os direitos de associado;
- III – Que exercer atividade manifestamente prejudicial aos interesses sociais ou da classe;
- IV – Que demonstrar negligência com seus deveres;
- V – Quando assim exigir qualquer outra circunstância de excepcional gravidade.

§ A perda do mandato será decidida e efetivada por 2/3 (dois terços) dos votos dos associados presentes em Assembleia Geral Extraordinária convocada para este fim.

SEÇÃO I

Da Assembleia Geral

Art. 23. A Assembleia Geral reunir-se-á:

I – Ordinariamente:

- a) No último domingo do mês de Janeiro de cada ano, para reajustar mensalidades e taxas e apreciar o relatório anual da Patronagem, prestação de contas e o orçamento para o exercício seguinte;
- b) Na mesma sessão de que trata a alínea anterior, no último domingo do mês de Janeiro dos anos ímpares, para eleger o Conselho de Vaqueanos e os membros da Patronagem;
- c) Na primeira quinzena de Fevereiro, para dar posse ao Conselho de Vaqueanos e à Patronagem.

II – Extraordinariamente, sempre que considerado necessário, para:

- a) Destituir, parcial ou totalmente, a Patronagem e o Conselho de Vaqueanos, e eleger seus substitutos para que completem o mandato;
- b) Alterar o Estatuto e os Regimentos Internos;
- c) Autorizar a contratação de empréstimos e a aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- d) Apreciar recursos interpostos por associados eliminados do quadro social por indisciplina;
- e) Decidir sobre qualquer assunto submetido à sua apreciação pela Patronagem, pelo Conselho de Vaqueanos ou por um grupo de 20% dos sócios com direito a voto e em pleno gozo dos direitos sociais;

f) Autorizar a dissolução, fusão ou incorporação ativa ou passiva do CTG, decidindo, no caso de dissolução, quanto ao destino do patrimônio líquido, depois de pagas todas as dívidas: O destino do patrimônio líquido será doado para entidade registrada no Conselho Nacional de Assistência Social ou no Ministério da Justiça, a critério da assembleia geral.

§ Nas Assembleias Gerais não poderá ser votado qualquer outro assunto que não aqueles para o qual a mesma foi convocada.

Art. 24. A Assembleia Geral se instalará, em primeira convocação, com a presença de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos associados com direito a voto, ou em segunda convocação, trinta minutos depois, com a presença de pelo menos 1/3 (um terço) dos associados com direito a voto.

§ 1º. Para destituição de integrantes da patronagem e conselheiros, alteração do estatuto, e dissolução, fusão ou incorporação ativa ou passiva da Associação, exigir-se-á a aprovação, em Assembleia Geral Extraordinária convocada especialmente para este fim, de 2/3 (dois terços) dos associados com direito a voto, e o comparecimento de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) da integralidade dos associados votantes, em primeira convocação, ou 1/3 (um terço) deles, nas convocações seguintes.

§ 2º. Não atingindo o "quorum" exigido na primeira, segunda e demais convocações, haverá tantas outras quanto necessárias, com o intervalo de 72 horas umas das outras, até que se atinja o quorum mínimo necessário de 1/3 (um terço) dos associados com direito a voto em pleno gozo dos direitos sociais.

Art. 25. A Assembleia Geral será publicada por edital afixado no quadro de avisos da sede do CTG e publicado em jornal de grande circulação em Pato Branco, Paraná, no mínimo em três edições consecutivas;

§ 1º. Do edital constará data, local, hora da primeira, segunda e demais convocações, se consideradas necessárias, e ordem do dia.

§ 2º. A Assembleia Geral será convocada:

I -- Pelo Patrão do CTG ou seu substituto estatutário;

II -- Pelo Presidente do Conselho de Vaqueanos; ou

III -- Por qualquer deles, a requerimento de pelo menos 20% dos associados com direito a voto.

§ 3º. A Assembleia Geral será convocada com a antecedência mínima de:

I -- 30 dias, se ordinárias;

II -- 15 dias, se extraordinárias.

Art. 26. A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo presidente da Associação ou por quem a convocou, que convidará um associado para as funções de secretário.

§ 1º. A Assembleia Geral não poderá ser presidida nem secretariada por membros dos órgãos sociais ou associados que devam ter julgados atos seus ou dos órgãos de que sejam integrantes.

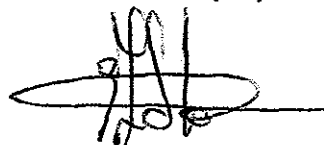
§ 2º. As Assembleias Gerais em que houver eleição são disciplinadas pelo capítulo VI.

Art. 27. O associado com direito a voto nas Assembleias Gerais, em caso de impedimento, poderá ser representado por procurador devidamente credenciado.

SEÇÃO II

Do Conselho de Vaqueanos

Art. 28. O Conselho de Vaqueanos será constituído de 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes eleitos pela Assembleia Geral Ordinária no último domingo de novembro dos anos ímpares, para um mandato de 2 (dois) anos.



Parágrafo único: O Conselho de Vaqueanos elegerá dentre seus membros, na reunião em que tomar posse, ou a qualquer tempo, seu presidente e seu secretário.

Art. 29. Compete ao Conselho de Vaqueanos:

I – Emitir parecer sobre:

- a) o relatório e o balanço anuais e o orçamento para o exercício seguinte, a serem submetidos à aprovação da Assembléia Geral;
- b) o reajuste de mensalidades e taxas e sobre a tabela de aluguel de dependências, propostos pela Patronagem;
- c) a contração empréstimos e a aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;

II – Fiscalizar todos os atos praticados em nome do CTG;

III – Manifestar-se sobre a proposta de alteração do estatuto e qualquer outro assunto submetido à sua apreciação;

IV – Julgar, através de comissão constituída por três de seus membros, as infrações praticadas por integrantes da Patronagem;

V – Julgar recursos interpostos por associados advertidos e suspensos pela Patronagem e pedidos de reconsideração de membros da Patronagem e conselheiros punidos pelo próprio Conselho;

VI – Em caso de renúncia ou destituição coletiva da Patronagem, promover a convocação de Assembléia Geral Extraordinária para eleição de nova Patronagem, pelo tempo do término do mandato da anterior.

VII – Outorgar títulos de Sócio Honorário propostos pela Patronagem;

VIII – Interpretar o estatuto e decidir sobre casos omissos.

IX – Examinar a cada 3 (três) meses o relatório expedido pela patronagem, documentos e balancetes da tesouraria, proferindo seu parecer.

Art. 30. O Conselho de Vaqueanos reunir-se-á ordinariamente no segundo domingo de novembro de maio de cada ano e extraordinariamente sempre que julgado necessário.

§ 1º. O Conselho de Vaqueanos será convocado por seu presidente, por iniciativa própria ou a pedido do Patrão do CTG ou de um grupo de pelo menos 10% dos associados com direito a voto.

§ 2º. A convocação será feita por edital afixado no quadro de avisos do CTG, e os conselheiros serão convocados através de telefonemas, e-mails e contatos pessoais.

§ 3º. As reuniões do Conselho de Vaqueanos serão instaladas à hora marcada, com a presença da maioria de seus membros efetivos, ou trinta minutos depois, com qualquer número deles.

SEÇÃO III Da Patronagem

Art. 31. A Patronagem, com mandato de 2 (dois) anos, é formada por membros eleitos em Assembléia Geral e membros nomeados pelo Patrão do CTG.

§ 1º. São eleitos pela Assembléia Geral no último domingo de novembro dos anos ímpares:

I – Patrão;

II – Capataz;

III – 1º e 2º Sota-Capatazes;

IV – 1º e 2º Guaiacas.

§ 2º. São nomeados pelo Patrão do CTG, os diretores dos departamentos criados pela Patronagem ao início de sua gestão, para cumprimentos dos objetivos enumerados no artigo 3º deste estatuto.





Art. 32. A Patronagem, em conjunto com o Conselho de Vaqueanos, será empossada na primeira quinzena de dezembro dos anos ímpares, em Assembleia Geral Ordinária, nos termos do artigo 23, inciso I, alínea "c" do presente estatuto.

Art. 33. Compete à Patronagem:

- I – Cumprir e fazer cumprir este estatuto, o regimento interno e demais regulamentos, bem como as decisões da Assembleia Geral e do Conselho de Vaqueanos;
- II – Reunir-se ordinariamente, duas vezes por mês, em local e hora previamente estabelecidos, e extraordinariamente sempre que julgado necessário, por convocação do Patrão do CTG ou seu substituto estatutário;
- III – Admitir novos associados;
- IV – Julgar e punir associados e dependentes pela prática de infrações e encaminhar ao Conselho de Vaqueanos o julgamento de infrações praticadas por diretores e conselheiros;
- V – Contrair empréstimos, adquirir, alienar ou onerar bens móveis ou imóveis, desde que contando com prévio parecer favorável por parte do Conselho de Vaqueanos;
- VI – Criar o regimento interno e os regulamentos necessários para reger os departamentos e invernadas;
- VII – Criar e extinguir departamentos internos e invernadas, mediante conveniência e necessidade;
- VIII – Aprovar o calendário anual dos diversos departamentos e invernadas e as promoções sugeridas ao longo do exercício;
- IX – Apreciar relatórios apresentados pelos departamentos após a realização de cada promoção ou evento;
- X – Autorizar a cessão das dependências da sede social para festas e reuniões de terceiros, associados ou não, mediante o pagamento de taxas previamente fixadas pela Patronagem;
- XI – Em caso de renúncia ou destituição coletiva do Conselho de Vaqueanos, promover a convocação de Assembleia Geral Extraordinária para eleição de novo Conselho, pelo tempo do término do mandato do anterior.
- XII – Elaborar ao final de cada exercício relatório das atividades e da situação financeira para apresentação ao Conselho de Vaqueanos e à Assembleia Geral;

§ 1º. As reuniões da Patronagem instalar-se-ão com a presença da maioria de seus membros eleitos e nomeados, devendo as decisões serem tomadas pela maioria absoluta dos presentes.

§ 2º. As atribuições, competências e demais obrigações dos departamentos internos e das invernadas serão definidos através de Regimento Interno, observadas as disposições do presente estatuto.

Art. 34. São atribuições do Patrão do CTG:

- I – Convocar e presidir as Assembleias Gerais e as reuniões da Patronagem e supervisionar as atividades gerais do CTG;
- II – Despachar com o 1º Sota-Capataz o expediente, firmando livros e documentos, e elaborar com sua colaboração a agenda das reuniões;
- III – Emitir e endossar cheques, em conjunto com o 1º Guaiaca, e firmar com este os documentos que envolvam responsabilidade financeira;
- IV – Apresentar à Assembleia Geral, ao fim de cada exercício e de seu mandato, relatórios e balanços anuais, com parecer do Conselho de Vaqueanos;
- V – Proferir o voto de Minerva, além do seu, quando se verificar casos de empate;
- VI – Nomear diretores, subdiretores, posteiros e comissões, ouvidos os membros eleitos da Patronagem;
- VII – Contratar e demitir funcionários, ouvidos os membros eleitos da Patronagem;
- VIII – Representar judicialmente e extrajudicialmente o CTG, podendo constituir procuradores para os atos que não possa desempenhar pessoalmente;
- IX – Firmar com o 1º Sota-Capataz títulos de associados.



Art. 35. Compete ao Capataz substituir o Patrão em suas faltas e impedimentos, auxiliá-lo no que for solicitado e sucedê-lo no caso de vacância.

Art. 36. Compete ao 1º Sota-Capataz:

- I – Despachar com o Patrão o expediente, auxiliando-o na elaboração da agenda para as reuniões da Patronagem, lavrando e lendo as competentes atas, que devem ser assinadas por todos os presentes;
- II – Manter em dia o registro do CTG nas repartições competentes;
- III – Dirigir os serviços da Secretaria, conservando em dia o cadastro dos associados;
- IV – Assinar com o Patrão os editais de convocação das Assembléias Gerais;
- V – Colaborar com o Patrão na elaboração do relatório anual da Patronagem;
- VI – Substituir o Patrão, nos impedimentos ocasionais deste e do Capataz.

Art. 37. Compete ao 2º Sota-Capataz substituir o 1º Sota-Capataz em suas faltas e impedimentos, auxiliá-lo no que for solicitado e sucedê-lo no caso de vacância.

Art. 38. Atribuições do 1º Guaiaca:

- I – Praticar todos os atos inerentes aos serviços de tesouraria, prestando aos órgãos sociais os dados e esclarecimentos que esses solicitarem;
- II – Emitir e endossar cheques, em conjunto com o Patrão, e firmar com este os documentos que envolvam responsabilidade financeira;
- III – Elaborar ou supervisionar a elaboração, em intervalos de 90 (noventa) dias, de balancetes e balanços a serem apreciados pelo Conselho de Vaqueanos e pela Assembléia Geral;
- IV – Depositar nos bancos indicados pela Patronagem toda e qualquer arrecadação do CTG e efetuar os pagamentos preferencialmente em cheques nominais;
- V – Supervisionar a venda de ingressos e as promoções financeiras do CTG, bem como os serviços de bilheteria e portaria;
- VI – Manter sob permanente controle o pagamento de mensalidades e taxas pelos associados, fornecendo mensalmente à Patronagem a relação dos inadimplentes.
- VII – Encaminhar ao departamento de contabilidade do próprio CTG, ou a escritório externo, os documentos e livros necessários à escrituração;

Art. 39. Compete ao 2º Guaiaca substituir o 1º Guaiaca em suas faltas e impedimentos, auxiliá-lo no que for solicitado e sucedê-lo no caso de vacância.

SEÇÃO IV

Do Conselho de Agregados

Art. 40. O Conselho de Agregados é um órgão consultivo composto pelos ex-patrões do CTG, com a condição de que tenham cumprido integralmente seu mandato e seus relatórios financeiros tenham sido aprovados pelos órgãos fiscalizadores à época do exercício do seu respectivo mandato.

Art. 41. O Conselho de Agregados tem um Patrão próprio, coordenador de seus trabalhos, eleito bianualmente por seus pares, em seguida a eleição da Patronagem do CTG.

Art. 42. Compete ao Conselho de Agregados:

- I – Zelar pela consecução dos objetivos elencados no artigo 3º deste estatuto;
- II – Zelar pela união e vitalidade do movimento tradicionalista entre os associados do CTG;
- III – Emitir parecer, quando solicitado pelos demais órgãos administrativos do CTG, sobre assuntos de interesse da entidade;
- IV – Participar das reuniões, Assembléias e demais eventos promovidos pelo CTG.

Art. 43. O mandato do Conselho de Agregados é vitalício, extinguindo-se, excepcionalmente, nos casos abaixo elencados:

- I – Morte do titular;
- II – Renúncia expressa por parte do titular;
- III – Deixar de freqüentar o ambiente da entidade, ausentando-se de forma injustificada aos eventos, Assembléias e demais reuniões promovidas pelo CTG por período maior que 1 (um) ano.

§ 1º. Não perde a condição de sócio do CTG o membro do Conselho de Agregados que for destituído de seu mandato ou renunciar ao mesmo.

§ 2º. Os membros do Conselho de Agregados, enquanto titulares do seu mandato, não estão obrigados ao pagamento de mensalidades.

CAPÍTULO VI

Das Eleições

Art. 44. A eleição do Conselho de Vaqueanos e dos ocupantes de cargos elegíveis da Patronagem será em Assembléia Geral Ordinária realizada no último domingo de Janeiro, mediante sufrágio direto e secreto, com os eleitos sendo empossados na primeira quinzena de Fevereiro do mesmo ano, após a divulgação oficial dos resultados e julgadas eventuais impugnações, em nova Assembléia Geral Ordinária.

§ 1º. O edital de convocação da Assembléia Geral Ordinária de eleição será afixado no quadro mural oficial da sede do CTG, sem prejuízo de comunicação por e-mail, telefone, ou qualquer outro meio de comunicação disponível, com 30 dias de antecedência.

§ 2º. Do edital, firmado pelo Patrão do CTG, constará:

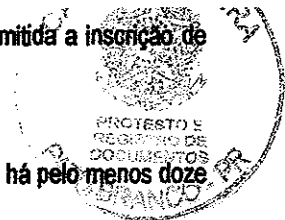
- I – Data da eleição;
- II – Local;
- III – Hora;
- IV – Prazo para inscrição das chapas para a Patronagem e dos candidatos avulsos ao Conselho de Vaqueanos;
- V – Relação dos cargos a serem preenchidos por eleição;
- VI – Nomes do presidente e dos dois mesários integrantes da comissão coordenadora do processo eleitoral, nomeados pelo Patrão do CTG.

§ 3º. Da comissão coordenadora do processo eleitoral, nomeada pelo Patrão do CTG, não poderão constar candidatos e organizadores das chapas.

Art. 45. O processo eleitoral obedecerá as seguintes normas:

- I – A inscrição de chapas para a Patronagem e de candidatos avulsos para o Conselho de Vaqueanos deverá ser requerida ao 1º Sota-Capataz através de ofício em duas vias, com a antecedência mínima de dez dias da data fixada para a eleição;





- II – Cada chapa deverá conter a relação completa dos candidatos elegíveis da Patronagem, não sendo permitida a inscrição de candidatos avulsos;
- III – Os candidatos ao Conselho de Vaqueanos inscrever-se-ão individualmente;
- IV – Os candidatos serão obrigatoriamente associados patrimoniais em dia com a Tesouraria, filiados ao CTG há pelo menos doze meses consecutivos imediatamente anteriores à data da Assembléia de eleição;
- V – Os candidatos ao cargo de Patrão e de Capataz não poderão integrar a Patronagem ou a diretoria de outras entidades que, direta ou indiretamente, apresentem qualquer forma de concorrência ou rivalidade frente às atividades desenvolvidas pelo CTG;
- VI – O requerimento de inscrição da chapa para a Patronagem será subscrito pelo candidato a Patrão e por todos os demais candidatos;
- VII – Não poderá o associado candidatar-se a mais de um cargo na mesma chapa nem ter seu nome inscrito em mais de uma chapa, ainda que para cargos distintos;
- VIII – Será permitida apenas uma reeleição para o mesmo cargo;
- IX – Até três dias após findo o prazo de inscrição de chapas e candidatos, os requerimentos e impugnações feitos por quaisquer associados serão submetidos à Comissão Eleitoral, cabendo-lhe tão somente o exame quanto aos requisitos formais impostos pelo estatuto;
- X – As decisões da Comissão Eleitoral quanto ao registro serão tomadas no prazo máximo de 48 horas, devendo ser comunicadas por escrito ao candidato a Patrão de cada chapa e aos candidatos a membro do Conselho de Vaqueanos;
- XI – A chapa para a Patronagem que tiver um candidato impugnado ou o candidato individual ao Conselho de Vaqueanos que sofrer impugnação, terá o prazo de 48 horas para regularizar sua situação, podendo a chapa para a Patronagem, no prazo deferido, substituir o candidato impugnado.
- XII – As chapas e os candidatos inscritos terão sua composição e seus nomes divulgados imediatamente após seu registro no quadro mural oficial do CTG e por outros meios.

Art. 46. As chapas poderão indicar fiscais para acompanhar os trabalhos da Comissão Eleitoral do CTG e os candidatos ao Conselho de Vaqueanos poderão fazê-lo diretamente.

Art. 47. O voto é pessoal e secreto, devendo as cédulas únicas ser previamente rubricadas pelo presidente da Comissão Eleitoral e, diante do eleitor, pelo mesário responsável, depois de verificada a situação regular de cada votante.

§ 1º. O eleitor deverá portar documento de identificação pessoal ou carteira de sócio emitida pelo CTG;

§ 2º. Será garantido o isolamento do eleitor no momento de votar;

§ 3º. A urna deverá estar devidamente lacrada antes do início da votação, situação que será atestada pelos fiscais indicados por cada chapa e pelos candidatos ao Conselho de Vaqueanos.

Art. 48. Encerrada a votação, proceder-se-á a imediata apuração dos votos, feita pela Comissão Eleitoral e aberta na presença dos fiscais de chapas e dos candidatos ao Conselho de Vaqueanos, com a lavratura da competente ata e, não havendo impugnação, a proclamação dos eleitos, pela mesma Comissão, devendo o material das eleições ser mantido em arquivo pelo prazo de um ano.

§ Eventuais impugnações deverão ser apresentadas até o final da apuração dos votos e registradas na ata da Assembléia Geral, devendo a Comissão Eleitoral decidir a respeito no prazo de 48 horas.

Art. 49. A Comissão Eleitoral, após julgar as impugnações apresentadas, tomará uma das seguintes medidas, a ser divulgada através do quadro mural oficial do CTG e por outros meios:

- I – Confirmar o resultado da apuração;

II – Anunciar eventuais alterações no resultado da apuração;

III – Declarar nula a eleição, com a convocação de nova Assembleia Geral.

§ 1º. Da decisão da Comissão Eleitoral caberá recurso à Assembleia Geral Extraordinária, que será convocada no primeiro dia útil após o seu recebimento e se reunirá em dez dias da publicação do edital.

§ 2º. Em existindo divergência entre o número de votos apurados e o número de cédulas depositadas na urna, e esta diferença não interferir no resultado da votação, a eleição será confirmada. Se, contudo, a diferença entre votantes e votos interferir no resultado final do escrutínio, será o mesmo anulado, com a convocação da Assembleia Geral Extraordinária para nova eleição no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 3º. Em caso de empate, será empossada a chapa cujo candidato a Patrão for associado a mais tempo junto ao CTG, com o mesmo ocorrendo individualmente entre os candidatos ao Conselho de Vaqueanos.

Art. 50. Os eleitos serão empossados em Assembleia Geral Ordinária na 1ª quinzena de dezembro ou em Assembleia Geral Extraordinária convocada e realizada imediatamente depois de julgados os recursos interpostos, obedecidos os prazos fixados neste estatuto.

CAPÍTULO VII

Do Patrimônio

Art. 51. O patrimônio do CTG é constituído de bens móveis e imóveis, créditos, títulos e direitos de que seja proprietário ou vier a adquirir.

Art. 52. O patrimônio do CTG será obrigatoriamente escriturado em Livro de Inventário, aberto especialmente para este fim, com termo de abertura firmados pelos membros eleitos da Patronagem e do Conselho de Vaqueanos, contando com rubrica dos mesmos em todas as folhas do livro que forem utilizadas.

Parágrafo único – Os bens móveis e imóveis constantes no livro de inventário terão seus valores reavaliados anualmente por uma comissão designada especialmente para este fim pela Patronagem.

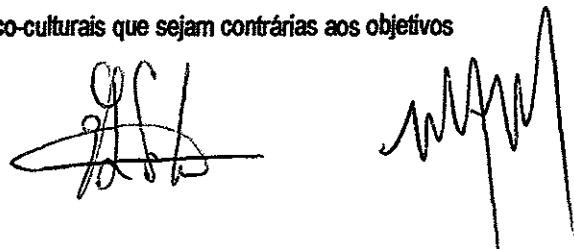
Art. 53. Constitui a receita do CTG:

- I – Mensalidades e taxas pagas pelos associados;
- II – Resultados financeiros de promoções sociais e esportivas;
- III – Aluguel das dependências;
- IV – Doações, legados e subsídios recebidos;
- V – Rendas de aplicações financeiras;
- VI – Indenizações recebidas a qualquer título;
- VII – Venda de bens móveis e imóveis;
- VII – Outras, eventuais.

§ 1º. O aluguel das dependências deverá ser autorizado mediante aprovação por escrito de todos os membros eleitos da Patronagem.

§ 2º. O valor do aluguel será definido em tabela elaborada pela Patronagem, que considerará os gastos fixos da manutenção das dependências do CTG, o desgaste dos materiais internos e o número de pessoas esperadas para o evento.

§ 3º. As dependências do CTG não poderão ser alugadas para manifestações artístico-culturais que sejam contrárias aos objetivos da entidade.



Art. 54. Constitui a despesa do CTG:

- I – Salários e encargos sociais;
- II – Impostos, taxas e contribuições fiscais;
- III – Encargos financeiros;
- IV – Custeio de atividades de seus departamentos e invernadas;
- V – Aquisição, melhoramento e conservação de bens;
- VI – Gastos com luz, água, telefone, material de expediente e limpeza etc;
- VII – Outras despesas eventuais.




CAPÍTULO VIII

Das Disposições Gerais

Art. 55. O ano social coincidirá com o ano civil.

Art. 56. Este estatuto foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de Junho de 2009, entrando em vigor na data de seu registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas da comarca de Pato Branco, PR, e ficando revogado o estatuto até então em vigor, registrado em 24 de Fevereiro de 1999, sob nº 21005, no livro 102, nº A-1, das mesmas notas.

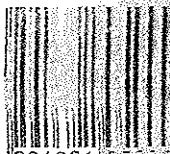
Pato Branco, 21 de Junho de 2009.



Dr. Moacir Antonio Hendges
OAB-PR 50.438



Vilson Zuconelli da Silva
Patrão



7 891321 053226



TÉRMO DE ABERTURA

PATO BRANCO 02-JANEIRO 2004

ESTE LIVRO CONTEM 50 (CINQUENTA) FOLHAS
NUMERADAS DE 1 À 50, SENDO QUE A PRIMEIRA DESTINA-SE
AO TÉRMO DE ABERTURA, TODAS RUBRICADAS PELO ATUAL
PATRO RADIMIR COMIN. ESTE LIVRO DAR-SE-A CONTINUIDADE
DO LIVRO ANTERIOR DE Nº 05 FIANÇO NUMERADO ENTÃO
DO LIVRO ATA Nº 06 DO C.T.G. CARREGANDO A LAUDO
E DESIGNADO EXCLUSIVAMENTE PARA ATAS DO C.T.G.

Radimir Comin
RADIMIR COMIN

PATRO

Bernardino Rauta
BERNARDINO RAUTA

CAPIA 2

CARTÓRIO DE PROTESTO E REGISTRO TÍTULOS DOC. DE PESSOAS JURÍDICAS
R. IGUAÇU, 476 - SALA 405/6 - TELEFAX (046) 225-2455 - CEP. 85501-270 - PATO BRANCO - PR
TABELIA: ADEGAIL VIEIRA SAMARA

Protocolado e Microfilmado sob nº 0043195

Registrado sob nº 36.021 - Livro B

Pato Branco, 11 de março de 2004

Jaqueline Samara Oficial Substituta



REGISTRO

Comarca de Pato Branco - PR

Ao Cartório de Títulos e Documentos

Registro nº 20302 Livro 36.021

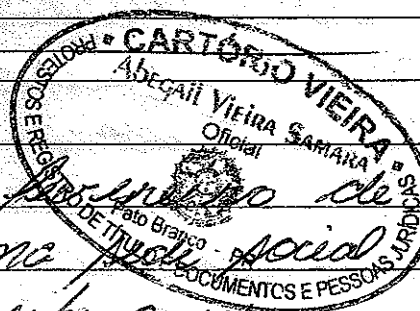
Em 04 MAR 2004

DA MESA e COMISSÃO ELEITORAL

[Handwritten signatures and initials]
Eduardo Slob C. Deffaucci

Ata 02/2010

Aos 11 de onze dias do mês de fevereiro de dois mil e dez, reuniram-se na sede do CTG, reunindo a sociedade pública o Sr. Fernando Frazoni número noventa e cinco e cinco, bairro Benedito, Os Senhores Wilson Eucalipto, Marcos Nunes do Silva, Tokio Perondi, Carlos Kubert, Adilson Correa, Roberto Cayella, Alaudino, Ferreira, Edson Gatin e Elói Carneiro Sr. Presidente, para a posse da nova patronagem, e leitura e discussão da ata da reunião do Pai Nosso, dirigida pelo patrão que ora passa a patronagem ao Sr. Luiz Augustus Vanier, logo após o Sr. Wilson Eucalipto faz um breve relato de sua patronagem, e prestação de contas, O Sr. Adilson Correa a palavra para reconhecer o Sr. Wilson Eucalipto e o Sr. Marcos Nunes do Silva, pelo trabalho dele no último (patrono) patronagem, em portanto ressaltar que o Sr. Wilson Eucalipto que no final da patronagem pediu-se desligado para o trabalho. O patrão Wilson relatou que a parte burocrática deixou de deixar. O Sr. Marcos relatou que o dinheiro





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

PARECER JURÍDICO PROJETO DE LEI Nº 225/2010

Através do Projeto de Lei em epígrafe, pretende o Executivo Municipal, obter autorização legislativa para doar o Imóvel Urbano, lote nº 08, da quadra nº 816, sito a Rua Jorge Guerios esquina com a Rua Anchieta, nesta cidade de Pato Branco, contendo área de 949,40 m², sem benfeitorias, avaliado em R\$ 68.831,50 (sessenta e oito mil, oitocentos e trinta e um reais e cinquenta centavos), matriculado sob nº 22.851 do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, ao **CTG CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS CARRETEANDO A SAUDADE**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 77.738.631/0001-37, com sede na Rua Antero Petri, s/n, Bairro São Vicente, em Pato Branco, Estado do Paraná.

O imóvel acima descrito destina-se a reforma e ampliação da sede da donatária.

Em síntese, justifica o Executivo Municipal em sua Mensagem, que o imóvel será destinado para reforma e ampliação das instalações do CTG – Centro de Tradições Gaúchas Carreteando a Saudade, para continuar promovendo encontros recreativos para descontração dos associados e seus familiares.

É o brevíssimo relatório.

A proposição atende os requisitos estipulados no art. 9º da Lei Municipal nº 1.207/93, que institui normas para doação de imóveis públicos à atividades industriais e associativas, estando em condições de seguir sua regimental tramitação e aprovação.

A supra mencionada legislação municipal, estabelece critérios para a doação de imóveis públicos à atividades associativas, entre as quais destacamos, a **previsão de cláusula de inalienabilidade permanente e início das edificações no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação da lei autorizativa de doação**, os quais encontram-se devidamente previstos na proposição em tela.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

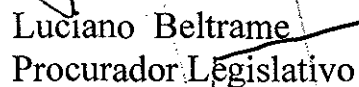
Diante do exposto, **compete às Comissões Permanentes procederem a análise da proposição sob o enfoque do interesse público.**

É o parecer, SALVO MELHOR JUÍZO.

Pato Branco, 10 de fevereiro de 2010.



José Renato Monteiro do Rosário
Assessor Jurídico


Luciano Beltrame
Procurador Legislativo



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 225/2010

Os membros da Comissão de Justiça e Redação, reuniram-se para emitir parecer ao **Projeto de Lei nº 225/2010**, encaminhado através da Mensagem nº 185/2010, para o qual o Executivo Municipal busca autorização legislativa para autorizar a doação de imóvel ao **CTG Centro de Tradições Gaúchas Carreteando a Saudade de Pato Branco**.

O referido projeto tem como doação à pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 77.738.631/0001-37, o Imóvel Urbano, Lote nº 08(oito) da Quadra nº 816, sito à Rua Jorge Guerios esquina com a Rua Anchieta, nesta cidade de Pato Branco, contendo área de 949,40 m², sem benfeitorias, constante da Matrícula nº 22.851 do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, avaliado em R\$ 68.831,50 (sessenta e oito mil, oitocentos e trinta e um reais e cinquenta centavos). Para reforma e ampliação do CTG, estimulando a continuação de encontros recreativos para a descontração dos associados e seus familiares.

Em face de que a Associação destinará a doação para uso exclusivo aos fins estatutários e atende aos requisitos necessários, emitimos **PARECER FAVORÁVEL**, estando a matéria apta a seguir sua regimental tramitação e aprovação.

É o nosso parecer, Salvo Melhor Juízo.

Pato Branco, 21 de fevereiro de 2011.


Laurindo Cesa - PSDB - Presidente


Luiz Augusto Silva - DEM - Membro


William Cezar Pollonio Machado - PMDB - Relator

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral - 21-Fev-2011-17:39-000000-1/1



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE POLITICAS PÚBLICAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 225/2010

Busca o Executivo Municipal através do projeto de lei nº 225/2010, obter autorização desta Casa Legislativa para doar imóvel urbano, lote nº 08, da quadra nº 816, sito a Rua Jorge Guerios esquina com a Rua Anchieta, nesta cidade de Pato Branco, contendo área de 949,40 m2, sem benfeitorias, avaliado em R\$ 68.831,50, matriculado sob nº 22.851 do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, ao CTG Centro de Tradições Gaúchas Carreteando a Saudade, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 77.738.631/0001-37, com sede na Rua Antero Petri, s/n, Bairro São Vicente, em Pato Branco, Estado do Paraná.

Justifica o Executivo Municipal que a doação destina-se a reforma e ampliação da sede do CTG, para que a donatária possa continuar promovendo encontros recreativos para descontração dos associados e seus familiares.

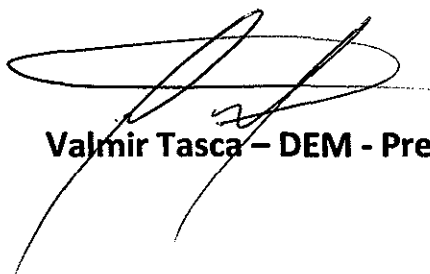
Verificando a documentação anexa, constatamos que foram apensados todos os documentos exigidos pela legislação municipal, razão pela qual a Comissão de Políticas Públicas emitiu seu **PARECER FAVORÁVEL** a tramitação e aprovação do referido projeto.

É o nosso parecer, Salvo Melhor Juízo.

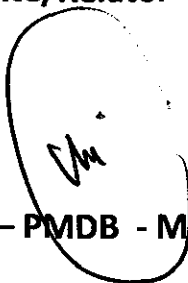
Pato Branco, Pr, 23 de fevereiro de 2011.

Protocolo Geral - 23-Fev-2011-18:01-008917-1/1

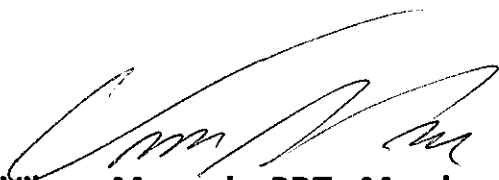
CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR



Valmir Tasca – DEM - Presidente/Relator



Guilherme Sebastião Silvério – PMDB - Membro



Vilmar Maccari – PDT -Membro



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 225/2010

Os membros da Comissão de Orçamento e Finanças, reuniram-se para emitir parecer ao Projeto de Lei nº 225/2010, encaminhado através da Mensagem nº 185/2010, para o qual o Executivo Municipal busca autorização legislativa para doação de imóvel ao **CTG Centro de Tradições Gaúchas Carreteando a Saudade de Pato Branco**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 77.738.631/0001-37, situada na Rua Antero Petri, S/N, Bairro São Vicente.

O referido projeto tem como objeto de doação o Imóvel Urbano, Lote nº 08 (oito) da Quadra nº 816, localizado na Rua Jorge Guerios, esquina com a Rua Anchieta, nesta cidade de Pato Branco, contendo área de 949,40 m², sem benfeitorias, constante da Matrícula nº 22.851 do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, avaliado em R\$ 68.831,50 (sessenta e oito mil, oitocentos e trinta e um reais e cinquenta centavos).

Considerando a doação como estímulo para que o CTG continue promovendo encontros recreativos para descontração dos associados e seus familiares; e prezando pela responsabilidade com o patrimônio público municipal, após análise da matéria, emitimos **PARECER FAVORÁVEL** à sua regimental tramitação e aprovação.

É o nosso parecer, Salvo Melhor Juízo.

Pato Branco, 28 de fevereiro de 2011.

Arilde Terezinha Brum Longhi – PRB – Membro

Nelson Bertani – PDT – Membro

Osmar Braun Sobrinho – PR – Presidente e Relator

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral - 01-Mar-2011-09:00-008957-1/1



Windows Live™ Hotmail (20) Messenger Office Fotos | MSN

Hotmail

Novo | Responder Responder a todos Encaminhar | Excluir Lixo Eletrônico Limpa

Caixa de Entra...

Mover para ▾ |

Pastas

Lixo

Rascunhos

Enviados

Excluídos

luciacordovamel@gmail...

redacao@diariodosudo...

Nova pasta

Visualizações rápid...

Sinalizadas

Fotos

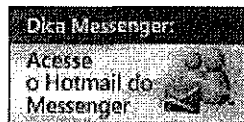
Documentos do Office...

Messenger

Início

Contatos

Calendário



ENC: AGRADECIMENTO

Voltar para mensagens |

Bruno Rampi

12:25

Para Sueli Dartora, Claudemir Zanco, Andrea...

Responder ▾

-----Mensagem original-----

De: comunica@camarapatobranco.com.br

[mailto:comunica@camarapatobranco.com.br]

Enviada em: terça-feira, 15 de março de 2011
14:16

Para: comunica@camarapatobranco.com.br

Assunto: AGRADECIMENTO

Endereco para resposta: DIMEVA@DIMEVA.COM.BR

Nome: LUIZ AUGUSTO VARNIER

Mensagem:

NÓS DA DIRETORIA DO CTG CARRETEANDO A SAUDADE,
QUEREMOS AGRADECER O PREFEITO MINICIPAL SR.
VIGANO E TODOS OS VEREADORES PELA APROVAÇÃO DO
PROJETO DE DOAÇÃO DO TERRENO JUNTO A CTG.
ASSIM QUE A DOCUMENTAÇÃO ESTIVER LIBERADA,
COMEÇAREMOS AS MELHORIAS E AS AMPLIAÇÕES JUNTO A
ENTIDADE.

ATT

LUIZ AUGUSTO VARNIER (PATRÃO)

Novo | Responder Responder a todos Encaminhar | Excluir

Lixo Eletrônico





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



PROJETO DE LEI Nº 225/2010

Autoriza a doação de imóvel ao CTG - Centro de Tradições Gaúchas Carreteando a Saudade de Pato Branco.

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder a doação de de imóvel Urbano, Lote nº 08 (oito) da Quadra nº 816 (oitocentos e dezesseis), sito à Rua Jorge Guerios esquina com a Rua Anchieta, nesta cidade de Pato Branco, contendo área de 949,40 m² (novecentos e quarenta e nove metros e quarenta centímetros quadrados), sem benfeitorias, constante da Matrícula nº 22.851 do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, avaliado em R\$ 68.831,50 (sessenta e oito mil oitocentos e trinta e um reais e cinquenta centavos), ao **CTG - Centro de Tradições Gaúchas Carreteando a Saudade**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 77.738.631/0001-37, sito a Rua Antero Petri s/n, Bairro São Vicente, em Pato Branco – Pr.

Art. 2º A doação de que trata o “caput” deste artigo fica condicionada ao seguinte:

I - inalienabilidade permanente;

II - destinação do imóvel exclusivamente para que a donatária efetue a reforma e ampliação do CTG e busque o cumprimento dos seus objetivos estatutários, vedado qualquer outro;

III - início da execução das obras no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei;

IV - outorga da escritura pública de doação somente após a conclusão da sede social da donatária;

V - revogação da doação, com perda integral das benfeitorias que edificar sobre o imóvel objeto da doação em benefício do doador, em caso de descumprimento de qualquer das condições estabelecidas nesta Lei, na Lei nº 1.207, de 3 de maio de 1993 e suas alterações.

Art. 3º As despesas de escrituração pública dos imóveis, objeto desta lei, correrão por conta da Donatária.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DIÁRIO DO SUDOESTE

REDE DIÁRIOS DO PARANÁ

PATO BRANCO | SEXTA-FEIRA, 8 DE ABRIL DE 2011 | ANO XXVI | NÚMERO 5147 | EDIÇÃO REGIONAL |

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 3.538 DE 18 DE MARÇO DE 2011

Autoriza a doação de imóvel ao C.T.G. Centro de
Tradições Gaúchas Carreteando a Saudade de
Pato Branco.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito
Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder a doação de imóvel
Urbano, Lote nº 08 (oito) da Quadra nº 816 (oitocentos e dezesseis), sito à Rua Jorge Guérios esquina
com a Rua Anchieta, nesta cidade de Pato Branco, contendo área de 949,40 m² (novecentos e quarenta e
nove metros e quarenta centímetros quadrados), sem benfeitorias, constante da Matrícula nº 22.851 do
1º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, avaliado em R\$ 68.831,50 (sessenta
e oito mil oitocentos e trinta e um reais e cinquenta centavos), ao C.T.G. Centro de Tradições Gaúchas
Carreteando a Saudade, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 77.738.631/0001-37, sito
a Rua Antero Petri, S/N, Bairro São Vicente, em Pato Branco – Pr.

Art. 2º A doação de que trata o "caput" deste artigo fica condicionada ao seguinte:

- I - inalienabilidade permanente;
- II - destinação do imóvel exclusivamente para que a donatária efetue a reforma e
ampliação do CTG e busque o cumprimento dos seus objetivos estatutários, vedado qualquer outro;
- III - início da execução das obras no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da
publicação desta Lei;
- IV - outorga da escritura pública de doação somente após a conclusão da sede social da
donatária;
- V - revogação da doação, com perda integral das benfeitorias que edificar sobre o
imóvel objeto da doação em benefício do doador, em caso de descumprimento de qualquer das
condições estabelecidas nesta Lei, na Lei nº 1.207, de 03 de maio de 1993, e suas alterações.

Art. 3º As despesas de escrituração pública dos imóveis, objeto desta lei, correrão por
conta da Donatária.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, 18 de março de 2011

ROBERTO VIGANÓ
Prefeito Municipal



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



PROJETO DE LEI Nº 225/2010

MENSAGEM Nº: 185/2010

RECEBIDA EM: 10 de dezembro de 2010

Nº DO PROJETO: 225/2011

SÚMULA: Autoriza a doação de imóvel ao CTG Centro de Tradições Gaúchas Carreteando a Saudade de Pato Branco

(Para reforma e ampliação do CTG, bem como para o cumprimento dos seus objetivos estatutários. Imóvel Urbano, Lote nº 08 (oito) da Quadra nº 816, sito à Rua Jorge Guerios esquina com a Rua Anchieta, nesta cidade de Pato Branco, contendo área de 949,40 m², sem benfeitorias, constante da Matrícula nº 22.851 do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, avaliado em R\$ 68.831,50. Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 77.738.631/0001-37, sito a Rua Antero Petri, S/N, Bairro São Vicente)

AUTOR: Executivo Municipal

LEITURA EM PLENÁRIO: 13 de dezembro de 2010

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO EM: 10 de fevereiro de 2011
RELATOR: William Cezar Pollonio Machado – PMDB.

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM: 22 de fevereiro de 2011
RELATOR: Valmir Tasca - DEM

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS EM: 24 de fevereiro de 2011
RELATOR: Osmar Braun Sobrinho – PR

VOTAÇÃO NOMINAL

PRIMEIRA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 14 de março de 2011
Aprovado com 10 (dez) votos.

Votaram a favor: Arilde Terezinha Brum Longhi – PRB, Claudemir Zanco – PPS, Guilherme Sebastião Silverio - PMDB, Laurindo Cesa – PSDB, Luiz Augusto Silva – DEM, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PR, Valmir Tasca – DEM, Vilmar Maccari – PDT e William Cezar Pollonio Machado – PMDB.

SEGUNDA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 16 de março de 2011
Aprovado com 9 (nove) votos e 1 (uma) ausência.

Votaram a favor: Claudemir Zanco – PPS, Guilherme Sebastião Silverio - PMDB, Laurindo Cesa – PSDB, Luiz Augusto Silva – DEM, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PR, Valmir Tasca – DEM, Vilmar Maccari – PDT e William Cezar Pollonio Machado – PMDB.
Ausente: Arilde Terezinha Brum Longhi – PRB

ENVIADO AO EXECUTIVO EM: 17 de março de 2011
ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº: 104/2011

Lei nº 3538, de 18 de março de 2011

PUBLICADA: Jornal Diário do Sudoeste – Edição nº 5147, do dia 8 de abril de 2011.